



Número: **0002842-63.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **29/03/2017**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO FLORENCIO BEZERRA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19754 478	13/03/2019 13:15	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
23038 610	27/07/2019 11:36	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
23038 613	27/07/2019 11:36	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
29052 349	12/03/2020 15:45	Expediente	Expediente
29052 377	12/03/2020 15:48	Expediente	Expediente



TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUÍ- ESTADO DA PARAÍBA

0002842-63.2016.815.0271



JOÃO FLORENCIO BEZERRA, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade Civil nº. 747.402- SEGUNA VIA -SSDS/PB e do CPF nº. 020.257.484-93, residente e domiciliado no Sítio Varzea Verde, S/N, zona rural de Frei Martinho-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado "in fine" assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA POR DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

037

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS

Que em 28 de setembro de 2015 o requerente recebeu o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt da requerida no importe de R\$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta) referentes ao Sinistro nº. 3150692921 sob a invalidez permanente apresentada no membro inferior esquerdo.

É certo que o requerente no dia 05/08/2014, por volta das 14h00min, foi vítima de acidente de trânsito, quando, pilotava sua motocicleta nas imediações de sua propriedade, e, em uma curva fechada, colidiu com outro veículo que trafegava da contramão, ocorrendo assim o acidente. Após o ocorrido, o autor foi socorrido pelo motorista do veículo envolvido e levado para o Hospital Regional de Picuí-PB, onde constatou-se que o requente sofrera lesão no tendão do pé esquerdo e um corte também no referido membro. Devido ao sinistro, o requerente permanece *lesionado gravemente no pé esquerdo, além de ter sofrido também várias escoriações*.

Destarte, que segundo o Boletim de Ocorrência nº. 067/2014 expedido pela Polícia Civil de Picuí/PB, o requerente pilotava uma motocicleta HONDA CG 125 TITAN, placa MXU 8671, chassi 9C2JC250WWR108874, ano/ modelo 1998, licenciada em seu próprio nome.





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Também denuncia a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, a requerente foi socorrida pelo motorista envolvido no acidente e levado para o Hospital Regional de Picuí-PB

Destarte, que desse sinistro a requerente permaneceu inválida permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente da requerente, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento de 50% (cinquenta por cento) integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II é no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez total. E, como o requerente permaneceu com uma invalidez permanente, deveria receber R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), correspondentes a uma invalidez permanente total, e não os R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) conforme a requerida pagou, perfazendo assim a diferença de **R\$ 5.062,00 (cinco mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é prenunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovímento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito da autora em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro da requerente ter acontecido no ano de 2014, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pela autora/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO

6

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência das sequelas no pé esquerdo (50% cem por cento) o que perfaz o percentual

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

correspondente aos 100% (cem por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, referente a sua perda funcional. Porém, como já recebeu uma pequena parcela de tal montante administrativamente, agora só faz jus a diferença pleiteada.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)”

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexa causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

indenizar o DPVAT, bastante a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 5.062, 50 (cinco mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pela promovente, ou seja, . No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

g. Seja a autora submetida a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 6.750, 00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Nesses Termos,
pede deferimento.

Picuí – PB, 28 de abril de 2016.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

14

Anexo 01

QUESITOS

- 1) *Se existe nexa causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 02

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



5668-3508



PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O Outorgante João Florêncio Bezerra
 brasileiro(a), casado, agricultor, portador do RG
747.402 expedido por SSB/PB e do CPF
020.257.484-93, residente na(o) _____
Sítio Vargua Verde, município
Frei Martinho - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia
 constitui seu bastante procurador e advogado o Bel. **NILO TRIGUEIRO DANTAS, OAB-PB 13.2**
 brasileiro, solteiro, advogado, com endereço profissional no Empresarial Evanisa Dantas localiza
 na Avenida Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confi
 poderes para o foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Proce
 Civil, podendo confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, pres
 primeiras e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos
 concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribu
 repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem co
 substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 10 de Novembro de 2014.

João Florêncio Bezerra
 Outorgante



1275

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 747.402 -2 VIA DATA DE EMISSÃO 29/11/2013

NOME JOÃO FLORENCIO BEZERRA

FILIAÇÃO JOSE FLORENCIO BEZERRA
BEATRIZ ALMIRA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE
PICUI-PB

DOS ORIGEM
CASAM N. 896 FLS. 287 LIV. B2
CARTEIRO PICUI PB

CPF 020.257.484-93

DATA DE NASCIMENTO 30/10/1953

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA-CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

02-02-A P-058





João Florêncio Bezerra

ASSINATURA DO DETENTOR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



JOAO FLORENCIO BEZERRA
SIT VARZEA VERDE, S/N - AREA RURAL
FREI MARTINHO / PB CEP: 58165000 (AG: 80)

energisa

ENERGISA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 290, Km 25 - Crato Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.086.193/0001-40 Ins. Est. 18.015.823-0

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BARRACADA MONOFÁSICO
Rotômetro: 5 - 61 - 611 - 1810
Nº medidor: 30008187083
Referência: Set / 2014
Emissão: 10/09/2014

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.327.046
Código para Débito Automático: 00000423083

11b.7743 4cb8 bce8 46a5 03df c527 da80

RESERVADO AO FISCO

Set / 2014

5/242205-3

10/09/2014

09/10/2014

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
- O início do sistema de bandeiras tarifárias foi adotado para o ano de 2016. As bandeiras verde, amarela e vermelha representam níveis de custo de geração de energia elétrica. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de SETEMBRO vigorará a BANDEIRA VERMELHA, a qual implicará R\$ 0,030 de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br.

Data	Leitura	Data	Leitura	Consumo	Consumo	Consumo
11/06/14	3403	10/08/14	3467	1	54	30

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 06/09/2014 PAGAS
OBRIGADO!

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30 kWh-BR	30	0,11490	3,44
Consumo - 31 a 100 kWh-BR	24	0,19898	4,72

IMPOSTOS E ENCARGOS	Valor (R\$)
PIS	0,02
COFINS	0,13
CONTRIB. ILLUM. PÚBLICA	4,05
JUROS DE MORA 08/2014	0,03
MULTA 08/2014	0,27
ICMS (Base de Cálculo R\$ 24,24 Alíquota 25,00%)	6,08

Ago/14	55
Jul/14	80
Jun/14	58
Mai/14	98
Abr/14	58
Mar/14	71
Fev/14	68
Jan/14	70
Dez/13	68
Nov/13	61
Out/13	68
Set/13	57

Média dos últimos meses
83 kWh

17/09/2014

R\$ 18,72

7/2014: Preços				Composição do valor total da fatura		
				Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	11,90	0,00	NOMINAL	Serviços de Dist. de Energia/PB	4,00	21,37
DIC TRIMESTRAL	23,80			Compra de Energia	3,43	18,32
DIC ANUAL	47,78			Serviço de Transmissão	0,24	1,28
DIC MENSAL	7,90	0,00		Encargos Setoriais	0,45	2,32
FIC TRIMESTRAL	15,19		CONTRATADA	Impostos Diretos e Encargos	10,56	56,41
FIC ANUAL	30,38			Outros Serviços	0,00	0,00
DIC MENSAL	6,58	0,00		Total	18,72	100,00
DIC TRIMESTRAL	19,74		LIMITE INFERIOR			
DIC ANUAL	39,48		LIMITE SUPERIOR			
DIC MENSAL	18,80					

Valor de encargo de Uso do Sistema de Distribuição
(Rat. 7/2014) R\$ 6,22

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 8,97.
Reajuste Tarifário - Vigência: 28/08/14 - Res. ANEEL nº 1785 - Alta Tensão 22,75% Médio
Reajuste Tarifário - Vigência: 28/08/14 - Res. ANEEL nº 1785 - Baixa Tensão 21,43% Médio



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 13/03/2019 13:13:21

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1903131315400000000019220508>

Número do documento: 1903131315400000000019220508

199

DECLARAÇÃO (Lei 7.115)

Eu, João Florencio Bezerra
brasileiro(a), casado, agricultor, portador do
RG nº 747.402 expedido por SSDS/PB e do CPF nº
020.257.484-93, residente na(o)
sítio Varzea Verde, município
de Frei Martinho - PB, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da lei nº 7.115
de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de custas
processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não me
permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 10 de Novembro de 2016

João Florencio Bezerra
DECLARANTE
(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983
DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162ª da Independência e 95ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão





C E R T I D ã O

Nº.Cont.: 067/2014

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 01/2014, nele encontrei as folhas de N.º 019, o Registro n.º 015/2014, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: Aos 23 dias do mês de outubro do ano de 2014, Nesta cidade de Picuí, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial o (a) Bel(ª). José Edson de Vasconcelos, Delegado de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 17h 20m. compareceu: **JOÃO FLORENCIO BEZERRA, brasileiro, casado, agricultor, natural de Picuí/PB, nascido aos 30/10/1953, filho de José Florencio Bezerra e Beatriz Almira de Oliveira, residente no Sítio Varzea verde, Zona Rural de Frei Martinho /PB, CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE no dia 05 de agosto de 2014, por volta da 14:00horas, o comunicante deslocava-se pilotando a motocicleta HONDA CG 125 TITAN, placa MXU 8671, chassi 9C2JC250WWR108874, ano/modelo 1998, licenciada em nome de João Florêncio Bezerra, Que o comunicante estava próximo a sua propriedade no Sítio Várzea Verde quando em uma curva bastante fechada acabou colidindo com um veículo que vinha na contra mão, Que o comunicante foi socorrido pelo motorista do veículo envolvido no acidente que é uma das testemunhas abaixo assinada, Que foi socorrido para o Hospital Regional de Picuí onde recebeu atendimento médico, sofreu uma lesão no tendão do pé esquerdo e um corte também no pé esquerdo; Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fé.**

Picuí/PB, 23 de outubro de 2014.

João Florêncio Bezerra
COMUNICANTE:

Esposito Pedro de Santos
ESPEDITO EGIDIO DE FARIAS
TESTEMUNHA 1 RG 568.604, Sítio Varzea Verde, s/n, Frei Martinho /PB.

Clovis de Araújo Oliveira
CLOVIS DE ARAUJO OLIVEIRA
TESTEMUNHA 2 RG 1851474, R. Severino R. da Luz Filho, 42, Picuí/PB.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN Nº 010213960750
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 Cód. RENAVAM 00692883649 R.N.T.R.C. ***** EXERCÍCIO 2014

NOME JOAO FLORENCIO BEZERRA

CPF / CNPJ 020.257.484-93 PLACA MXU8671

PLACA ANT / UF MXU8671 / RN CHASSI 9C2JC250NWR100074

ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO-APLICAVE COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA / MODELO HONDA/CG 125 TITAN ANO FAB. 1998 ANO MOD. 1998

CAP / POT / CIL 0CV/124 CILINDRADAS CATEGORIA PARTICULAR COR PREDOMINANTE AZUL

COTA ÚNICA R\$ 0.00 VENC. COTA ÚNICA 20/03/2014 VENC. / COTAS 1º ISENTO

FAIXA IPVA 002803 3X PARCELAMENTO / COTAS R\$ ***** 2º ISENTO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO *** LICENCIAMENTO DETRAN: PAGO *** DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATÓRIO
MOTOR: JC25E-W100074
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

CURRAIS NOVOS

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RN Nº 010213960750 BILHETE DE SEGURO DPVAT

EXERCÍCIO 2014

CPF / CNPJ 020.257.484-93 PLACA MXU8671

BILHETE DE SEGURO DPVAT

RN Nº 010213960750 EXERCÍCIO 2014 DATA EMISSAO 03/02/2014

VIA 1 Cód. RENAVAM 00692883649 R.N.T.R.C. ***** EXERCÍCIO 2014

CPF / CNPJ 020.257.484-93 PLACA MXU8671

MARCA / MODELO HONDA/CG 125 TITAN

ANOS FAB. 1998 CAT. TARE 9 Nº CHASSI 9C2JC250NWR100074

PRÊMIO TARIFÁRIO

FMS (R\$) DENATRAM (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)

PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO

COTA ÚNICA PARCELADO

Seguradora Líder dos Consórcios
do Seguro DPVAT S/A
CNPJ: 09.248.608/0001-04





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI – “Felipe Tiago Gomes”**

DECLARAÇÃO

Declaro para devidos fins que o(a) Sr(a): João Florêncio Bezerra, RG: 747.402, nascido (a): 30/10/1953, declarou ser: Agricultor(a), residente no Sítio Várzea Verde, Município de Frei Martinho- PB. Com entrada nesta unidade hospitalar na data: 05/08/2014, Paciente vítima de acidente de moto após colisão com automóvel, Provocando ferimento cortulacerante no dorso do pé com lesão dos tendões extensores dos dedos. Realizando TENDO-RAFLA + SUTURA DA PELE. A 2ª Via do documento encontra-se no SAME (Setor de Arquivo Médico).

Picuí - PB, 05 de Agosto de 2014.

Renô Torres Macaúbas

Medico

Dr: Renô Torres Macaúbas

Medico

CRM- 980

Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15

Bairro: Monte Santo

Picuí - PB

CEP - 58.187-000

Fone/Fax - (83) 3371-2990

CNPJ - 03.515.174/0001-85 UTB-14009-00

hospitalregionaldepicui@gmail.com





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE SAÚDE
RECEITA DE ATENDIMENTO
AMBUATÓRIA

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO - UPS
NOME HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
CÓDIGO DO CNES: 2757710
CNPJ: 08.778.268/0001-60
ENDEREÇO: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, Nº 15 BAIRRO: MONTE SANTO
MUNICÍPIO: PICUI ESTADO: PARAIBA UF: PB

PACIENTE
NOME: João Alexandre Braga SEXO: M IDADE: 61
PROFISSÃO: Engenheiro DOCUMENTO: 147.400
ENDEREÇO: St. Tanque Verde
MUNICÍPIO: Picuí ESTADO: PB
CÓDIGO IBGE MUNICÍPIO: 35.06.10 CNS: 05108714
DATA DO NASCIMENTO: 30/05/53 DATA DO ATENDIMENTO: 05/08/14

RACIA/COR
☐ 1 - BRANCA ☐ 2 - PRETA ☒ 3 - PARDA
☐ 4 - AMARELA ☐ 5 - INDIGENA ☐ 99 - SEM INFORMAÇÃO

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Recidiva de fibrose e sequelas de acidente vascular cerebral e de fratura de fêmur e de tórax. Elaboração de laudo para o paciente.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)

RESULTADOS:

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS:

1. *Exame de urina*
2. *Exame de sangue*
3. *Exame de fezes*
4. *Exame de imagem*

CARÁTER DO ATENDIMENTO

- ☐ 01 - ELETIVO
- ☐ 02 - URGÊNCIA
- ☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
- ☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
- ☐ 05 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRABALHO
- ☐ 06 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO - descrição:

Exame de urina

DIAGNÓSTICO:

Exame de urina

CID-10

MEDICACAO:
☐ PRESCRITA
☐ APLICADA

ENCAMINHAMENTO:
☐ OBSERVAÇÃO
☐ INTERNAÇÃO
☐ OUTRO HOSPITAL
☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO
1 - ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐
2 - ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐
3 - ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S) - cartão

Clinica de Urgência
Receita de Medicamentos

CNS ☐ CBO ☐ CRM ☐

ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL OU FOLEGAR DIRETO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - cartão ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - cartão

ASS. DO REVISOR TÉCNICO

Assinatura



Receituário Controle Especial

Identificação do Emitente

Hospital Regional de Picuí
CNPJ: 03.515.174/0001-85
Rua: Francisco Pereira Gomes, 15
Fone: (83) 3371-2554 / 3371-2990
Picuí - Paraíba

1ª Via - Retenção da Farmácia ou Drogaria
2ª Via - Orientação ao Paciente

Renô Torres Macaúba

Carimbo e Assinatura do Médico

Paciente:

Endereço:

Prescrição:

Data

7/10/2014

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome

Ident.

End.

Cidade

Telefone

Org. Emissor

UF

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR





PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MARTINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Manoel Francisco da Silva, 90 - Centro
CEP: 58.195-000 Frei Martinho-PB
CNPJ: 08.737.785/0001-91 - TEL.: (83) 3636-1056

Receituário Médico

NOME: João Florencio Bezerra

ENDEREÇO: Várzea Verde

Uso/oral

Ibuprofeno (600mg)

01 cp de 12h-12h x 5 dias

entregue
Cefalexina (500mg) — 28cp

01 cp de 6/6h

Dr. Nilton de
Oliveira
Cirurgião
CRM-PA
2500053

ASSINATURA DO MÉDICO E CARIMBO

DATA, 10, 09, 2014

Melhore sua letra. Uma má interpretação pode trazer prejuízos ao paciente

M00 23





PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI MARTINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Manoel Francisco da Silva, 90 - Centro
CEP: 58.195-000 Frei Martinho-PB
CNPJ: 08.737.785/0001-91 - TEL.: (83) 3636-1056

Receituário Médico

NOME:

João Azenedo Beern

ENDEREÇO:

Varzea Verde

050/84T

Dr. Azenedo Beern (gel) 1TB
gelícos 2 vers x dia

Dra. Iranilda Dantas
Médica
RMS PB 2500053

ASSINATURA DO MÉDICO E CARIMBO

DATA:

17, 09, 2014

Melhore sua letra. Uma má interpretação pode trazer prejuízos ao paciente

MCO 23



8879-5485



Seguradora Líder - DPVAT



Rio de Janeiro, 25 de Março de 2015

Carta nº: 6627319

A/C: JOAO FLORENCIO BEZERRA

Sinistro: 3150266633
Vitima: JOAO FLORENCIO BEZERRA
Data Acidente: 05/08/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 25/03/2015 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 05/08/2014. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Documentação médico-hospitalar

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na ARUANA SEGUROS S/A de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.



289

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 29/03/2017 16 horas 00 minutos

Processo: 0002842-63.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 6750,00

Serie : 09

Autor : JOAO FLORENCIO BEZERRA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO



D A T A

Recebidos os presentes autos em
Cartório, nesta data.
Picuí – PB, 06 de abril 2017.

Anderson Antonio Dias da Cunha – Auxiliar Judiciário

CERTIDÃO

Certifico que o presente feito foi distribuído em
21/03/2017, e **me foi entregue nessa data, o qual
autuei, numerei e rubriquei.** Dou fé
Picuí, **6 de abril de 2017.**

Auxiliar Judiciário

CONCLUSÃO

Faço concluso nesta data ao MM. Juiz de
direito desta Comarca.
Picuí, **6 de abril de 2017.**

Auxiliar Judiciário





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI

30
44

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de agosto de 2017.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002842-63.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO FLORENCIO BEZERRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002842-63.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 27 de julho de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002842-63.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO FLORENCIO BEZERRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002842-63.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 27 de julho de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002842-63.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO FLORENCIO BEZERRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002842-63.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 27 de julho de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002842-63.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAO FLORENCIO BEZERRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Única, intimo Vossa Excelência de todo o teor do despacho de ID **19754478**, página 29.

Picuí/PB, 12 de março de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário

